



CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO SALGADO
BACHARELADO EM PSICOLOGIA

RAYSSA NASCIMENTO ROLIM SILVA

**PERCEPÇÃO DE MULHERES ACERCA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE
GÊNERO: Uma revisão de literatura**

ICÓ
2021

RAYSSA NASCIMENTO ROLIM SILVA

**PERCEPÇÃO DE MULHERES ACERCA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE
GÊNERO: Uma revisão de literatura**

Monografia submetida à disciplina de TCC II,
do Curso de Bacharelado em Psicologia do
Centro Universitário Vale do Salgado, como
requisito para a aprovação e nota.

Orientador(a): Me. Maria Aparecida Trindade

RAYSSA NASCIMENTO ROLIM SILVA

**PERCEPÇÃO DE MULHERES ACERCA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE
GÊNERO: Uma revisão de literatura**

Monografia aprovada em ____/____/_____, como requisito para a aprovação na disciplina de TCC II, do Curso de Bacharelado em Psicologia do Centro Universitário Vale do Salgado.

BANCA EXAMINADORA:

Maria Aparecida Trindade Pereira

Orientador(a)

Maria Eniana Araújo Gomes Pacheco

Avaliador

Antoniél Santos Gomes Filho

Avaliador

ICÓ
2021

AGRADECIMENTOS

A minha irmã, Martha Isis, pela empolgação em toda minha jornada acadêmica, incentivo profissional e apoio incondicional às minhas escolhas.

A tia Iriks, que sempre foi parceira e esteve comigo em todos os momentos, além de toda a força e confiança que empregou em mim.

As minhas parceiras Marina e Symone, que estiveram comigo em todos os momentos da academia, em todos os “eita atras de eita”, dividiram todas as angustias e lamentações durante os cinco anos e fizeram ainda toda a diferença, criamos um laço para a vida.

A minha professora e orientadora Aparecida, que esteve dedicada a todas as etapas deste trabalho.

A professora Sandra, que faz jus à docência e me deu apoio na caminhada.

Ao professor Lielton, que sempre foi solícito e apoiador como profissional e docente.

Aos profissionais e professores que durante o percurso acadêmico se fizeram imagem para a profissional que me formo.

Aos meus amigos, que me incentivaram e apoiaram, sempre estiveram presentes, carrego os melhores comigo.

A todos, que de algum modo, colaboraram para a minha formação e conclusão deste trabalho.

RESUMO

A violência de gênero pode ser compreendida como todo ato que resulte ou venha a resultar algum dano físico, sexual ou psicológico à mulher. Os avanços na área da violência de gênero são poucos, esta continua sendo um preocupante problema social no país, independente da batalha feminista em volta desse campo. Atualmente, a violência de gênero já é reconhecida como uma questão de saúde pública. O presente trabalho teve como objetivo analisar a percepção das mulheres diante da violência de gênero no cenário nacional. O estudo configurase como uma pesquisa de abordagem qualitativa e de cunho exploratória descritiva, apresentando como procedimento técnico a revisão bibliográfica. Pontuar questões marcantes do fenômeno violência de gênero, assim, explicar também o ponto de vista das mulheres, enquanto principais vítimas do mesmo. A psicologia, enquanto uma ciência e profissão que visa o estudo do ser humano e seus meios sociais, deve, portanto, contribuir na produção de materiais científicos para uma determinada população que tem seus direitos infringidos.

Palavras-chave: Violência. Gênero. Percepção. Social.

ABSTRACT

Gender violence can be understood as any act that results or will result in physical, sexual or psychological harm to women. Advances in the area of gender violence are few, it remains a worrying social problem in the country, regardless of the feminist battle around this field. Currently, gender violence is already recognized as a public health issue. This study aimed to analyze women's perception of gender violence in the national scenario. The study is configured as a research with a qualitative approach and an exploratory-descriptive nature, presenting the bibliographic review as a technical procedure. Punctuate outstanding issues of the phenomenon of gender violence, thus explaining also the point of view of women, as the main victims of it. Psychology, as a science and profession that aims to study human beings and their social environments, must therefore contribute to the production of scientific materials for a given population whose rights are infringed.

Keywords: Violence. Genre. Perception. Social.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 OBJETIVOS	10
2.1 OBJETIVO GERAL	10
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	10
3 DESENVOLVIMENTO	11
3.1 VIOLÊNCIA.....	11
3.2 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	11
3.3 VIOLÊNCIA DE GÊNERO	13
3.4 PERCEPÇÃO DAS MULHERES ACERCA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO	17
4 METODOLOGIA	20
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	22
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS	27

1 INTRODUÇÃO

A violência em suas diversas formas destrutivas, tem o objetivo de atingir o outro para destruí-lo, no entanto, afeta a humanidade de forma geral. Historicamente, tal fato é um dado comum na história da humanidade, a todas as classes sociais, culturas e sociedades, inerente ao processo de civilização de um povo, se manifestando de diversas formas enquanto elemento para estruturação de uma civilização enquanto sociedade (GOMES, 2007).

Gênero é abordado por KRONBAUER (2005), como uma definição cultural associada a maneira com que determinada sociedade concebe suas discriminações sexuais, e referem influencias distintas a homens e mulheres. Está associado a idealização social de sexo, em outros termos, o sexo constitui apenas as representações com relação a anatomia e fisiologia de cada indivíduo, ao mesmo tempo em que gênero diz respeito ao que a sociedade entende como sexualidade.

Porque falar de violência e seguir falando sobre gênero?

Em conceito simples, a violência de gênero pode ser compreendida como todo ato que resulte ou venha a resultar algum dano físico, sexual ou psicológico à mulher, incluindo ameaças de tais ações, coerção ou privação violenta de liberdade seja na vida pública ou privada, bem como castigos, maus tratos, pornografia, agressão sexual e incesto (KRONBAUER, 2005).

Os avanços na área da violência de gênero são poucos, esta continua sendo um preocupante problema social no país, independente da batalha feminista em volta desse campo. A Organização Mundial de Saúde (OMS), na década de 1990, já reconheceu a violência contra a mulher como uma questão de saúde pública, questão que exige de seus governantes políticas públicas de combate e prevenção destes episódios. Reconhecendo ainda que este fenômeno é causador de sofrimentos físico e psíquicos à mulher, seguida de família e filhos, tal violência não deixa de ser também uma quebra dos direitos humanos (ARAÚJO, 2008).

Vistos estes pontos, o presente trabalho tem por objetivo investigar estudos acerca da violência de gênero no cenário nacional e a partir disso, captar a percepção das mulheres diante da violência de gênero, pontuar questões marcantes do fenômeno violência de gênero, assim, explanar também o ponto de vista das mulheres, enquanto principais vítimas do mesmo. Expor de maneira teórica fatos deste assunto, é um ponto importante na percepção deste fenômeno, dado que já é, como citado anteriormente, uma questão de saúde pública e de importante impacto social. A psicologia, enquanto uma ciência e profissão que visa o estudo do ser humano

e seus meios sociais, deve, portanto, contribuir na produção de materiais científicos para uma determinada população que tem seus direitos infringidos.

Contudo, é de grande relevância levantar esse dialogo no meio acadêmico e informal, sendo essa a pertinência da pesquisa, ao passo em que é de grande interesse social e feminino obter conhecimentos científicos acerca do tema em diversos âmbitos, e ainda é importante a colaboração para a disseminação de informações de impacto social e produção de novos conhecimentos.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

- Analisar a percepção das mulheres diante da violência de gênero no cenário nacional

2.2 OBJETIVOS ESPEFIFICICOS

- Identificar as características metodológicas dos estudos acerca da violência de gênero
- Apontar as intervenções realizadas nas referidas pesquisas
- Investigar as percepções das mulheres diante da violência de gênero expostas no material utilizado

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 VIOLÊNCIA

O termo violência descende da palavra *vis* do latino, em seu significado diz força e uso de constrangimento e predominância física sobre um outro indivíduo. A violência não é fixa, sofre alterações de acordo com o tempo e vivências diferentes. Desde os primórdios do homem a violência existe, no entanto, de maneiras diversas das mais condenáveis as mais toleráveis. Devido à complexidade do termo violência, torna-se impossível dar ao mesmo uma definição científica exata, já que sua definição é intimamente influenciada pela cultura e muda de acordo com a evolução dos costumes sociais (CASIQUE; FUREGATO, 2006).

A violência, de acordo com PARRAGA (2010, p. 22):

desencadeia-se por falta de afinidades em pensamentos, ideias, comportamentos que, ao longo do tempo, foi se transformando por razões alheias a princípios de valores nas mais diferentes relações, como pessoal, política, social e cultural, configurando-se nos diferentes seguimentos do fenômeno violência como física, psicológica, entre outras. Neste sentido a evolução deste fenômeno foi tão significativa a ponto de causar muitos danos a humanidade devido a suas causas e consequências, entre eles à saúde pública.

O significado de violência vem se constituindo através dos tempos e tem total relação com o poder exercido na voz dos que participam do meio social democrático. Assim, é de grande importância efetuar uma discriminação entre os significados de processos de violência e daqueles processos que criminalizam os atos de abuso (DEBERT; GREGORI, 2021).

3.2 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A violência doméstica apresenta características singulares. É definida principalmente pela relação íntima a qual está ligada. Caracterizada por uma violência periódica, em que agressor e vítima da relação agem em conjunto, apesar de não igualmente. Não que as mulheres agredidas na relação sejam cúmplices nesta relação de agressão, no entanto, por diversas vezes cedem à situação de violência. É raro que a vítima realize uma quebra do vínculo com o agressor sem apoio externo (CUNHA, 2014).

Frente ao fenômeno vivido da violência, em todo contexto social, está a violência contra a mulher, que está intimamente ligado à violência doméstica. Tal modo de violência pode se mostrar em quaisquer espaços da vida, manifestando-se de diversas maneiras e circunstâncias. São diversas as maneiras de violência das quais a mulher é vítima, as mais frequentes são observadas no contexto social em que comumente se enquadra às mulheres, o espaço de suas casas e famílias. Assim, a violência doméstica envolve inteiramente as diversas formas de violência e comportamentos no espaço familiar. A mulher em situação de violência

enfrenta um grande desafio com relação a seu acolhimento, que está distante da realidade atual, necessitando esforços de todos os setores do âmbito social e de saúde (SANTO, 2010).

O tipo de violência que mais acomete crianças, adolescentes, mulheres e idosos ou pessoas com deficiências física e mental, é entendida como violência intrafamiliar, definida pelo Ministério da Saúde, em 2001, como “toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de um membro da família”, estas ações podem ser cometidas dentro ou fora do ambiente familiar, por qualquer membro da família que manifeste poder sobre o indivíduo agredido, inclusive responsáveis sem laços sanguíneos.

Day (2003) esclarece que o termo para violência doméstica inclui pessoas que dividem o ambiente familiar, sendo funcionários, pessoas próximas e visitantes casuais. Assim, tem-se visto uma falha na ideia de que o ambiente familiar protegeria integralmente seus membros mais fragilizados devido aos vínculos afetivos.

É fundamental entender que a violência no ambiente doméstico se deu enquanto construção, e não tem relação com as singularidades anatômicas e fisiológicas de homens e mulheres. Na verdade, tais papéis foram reforçados socialmente e introjetadas nas famílias, produzindo a noção patriarcal de superioridade masculina (GOMES, 2007).

A Lei Maria da Penha, Art. 5º, concebe a violência doméstica como aquela cometida dentro do espaço de familiaridade constante de pessoas, independente do vínculo familiar, como agregados ou aparentados, seja por simpatia ou vontade. A Lei também menciona a violência conjugal, como aquela que é ocasionada em qualquer relação afetiva ínfima, em que agressor e vítima convivam, independente da domesticidade.

Violência doméstica e violência intrafamiliar, não seriam sinônimos uma da outra, enquanto a intrafamiliar abarca unicamente membros do núcleo familiar, o que não a faz exclusiva ao domicílio, à violência doméstica cabem vítimas não-parentais, como empregadas domésticas (muitas vezes esquecidas quando falado, mas que compõem o quadro dessas violências), afilhados e integrantes parciais da família (SAFFIOTI, 2001).

Vale ressaltar a noção de patriarcado, que Saffioti (2001) discorre afirmando que, a violência doméstica se mantém numa noção patriarcal, onde o homem, enquanto gestor familiar exerce poder na família, sendo quem é responsável e provedor da esposa e filhos. No entanto, a autora fala ainda que uma mulher num contexto de ausência do marido pode exercer esse papel patriarcal, sendo o polo de moral e controle sobre os filhos.

O patriarcado existe num modo de organização de cultura social no qual as relações se estruturam e os papéis sociais de mulher e homem se fundamentam, principalmente elegendo o

homem como autoridade superior na família. Embora essa formação esteja se extinguindo com o passar do tempo, permanece ainda como combustível para a disparidade entre gêneros, a partir do ponto em que os homens exercem papel de maior força e poder nos modelos sociais (SANTOS, 2011).

Araújo (2008), relata sobre a relutância de algumas mulheres em realizar a denúncia de seus agressores, afirmando o medo de que a violência cresça, sendo o que acontece em boa parte das vezes, devido a impunidade que se mantém após a denúncia, tal impunidade fortalece a crença de que não vale denunciar, pois não gera punição ao agressor.

Ainda sobre a dificuldade que uma mulher que sofre violência doméstica tem para sair da situação de violência, Saffioti (2001), salienta que, para isto, é de grande importância que a vítima receba uma rede de auxílio externo. Para a mulher que tem uma rede de apoio mais ampla (a exemplo de familiares, amigos, pessoas agregadas), é muito mais propensa à saída da situação de violência, dado o fato de que a mesma recebe apoio ao denunciar os maus-tratos sofridos e ainda na possibilidade de separação do autor da violência.

As mulheres que apresentam independência financeira por meio de trabalhos remunerados aumentam suas margens de poder e consenso na relação e na família, no entanto, não é sempre que se utilizam desse poder. Algumas mulheres até ganham mais que seus cônjuges, são mais ativas no sustento da casa, mas, ainda assim, mantêm a posição de vítimas dos abusos, sejam físico, psicológico ou sexual. O ambiente familiar e doméstico na predominância dos casos é o lugar onde o agressor realiza e mantém uma relação íntima com a agredida, sendo em sua maioria cônjuge, parceiro ou namorado (ARAÚJO, 2008).

A violência doméstica, a partir da visão de intrafamiliar, frequentemente é acompanhada por sigilo e recusa, o que contribui para que grande parte dos casos de violência não cheguem ao sistema judiciário, por outro lado, alguns, quando descobertos, já tinham anos de prática, o que prejudicava a mediação no caso (DAY, 2003).

3.3 VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A Assembleia Geral da ONU, de 1993, vem falar sobre a Erradicação da Violência contra as Mulheres, definindo a violência de gênero enquanto quaisquer ações de violência baseada no gênero, rendendo ou podendo render em danos físicos, sexuais ou psicológicos à mulher, podendo ser ameaças, coerção ou privação arbitrária de liberdade pública ou privada (CASIQUE; FUREGATO, 2006).

Gênero é um conceito atribuído as distinções de homem e mulher socioculturalmente, por meio das ciências sociais, referindo-se à percepção acerca deles. À vista disso, entende-se

o conceito de homem e mulher como próprios de suas condições e percepções, a partir da imagem que se tem de homem e mulher, percebidos a partir do modo como se reproduzem em sociedade (GOMES, 2007).

Mulheres como protagonistas nos embates sociais, principalmente ligadas as questões de gênero, tem proporcionado uma soma de novos parâmetros no que diz respeito à democracia e sociedade, promovendo movimentos para que haja maiores conquistas no que se fala de direitos femininos, explanando que o que distanciou homens e mulheres por todo tempo eram apenas questões de construção sociais, e não anatômicas e fisiológicas. A violência contra a mulher afeta a todos, principalmente quando se entende que esta é uma violência contra todos e não contra um só, e sobretudo, uma violação aos direitos humanos (SILVA, 2010).

Na década de 60, o movimento feminista iniciou uma nova ótica feminina a partir da conceituação de gênero, quando propõe discussões com respeito ao papel social da mulher dentro da sociedade, relações intrafamiliares, leis trabalhistas, responsabilidades reprodutivas e sexuais, políticas públicas e relações interpessoais em geral. Foi a partir de tais estudos no meio acadêmico que foram motivadas mudanças contínuas de comportamento e atitudes sociais sobre o ser feminino e seus direitos, apesar de sabermos das dificuldades encontradas no percurso travado (SILVA, 2010).

Um acontecimento de vida difícil de conviver ou resolver é a violência, e se encontra na vida de grande parte da sociedade, em diversos graus. Tal motivo, faz com que seja necessário enfatizar que profissionais de saúde, por muitas vezes não estão habilitados a tratar dessa situação, e ainda, para lidar com este assunto é necessário lidar também com os profissionais, se atentando a essas questões (MELO, 2017).

Quando dirigida à mulher, a violência significa toda ação de violência de gênero, resultando seja qual for o ato físico, sexual ou psicológico, inclusive ameaças ao bem-estar da vítima. Entre as diversas formas de violência, está presente a violência doméstica, como citado anteriormente (GOMES, 2007).

A violência de gênero, para Carvalho-Barreto (2009), é independente do sexo da vítima e agressor, tendo formação fundamental na relação, ambos podem possuir reponsabilidade, no entanto, o homem é o principal perpetrador da mesma, devido a submissão da mulher. Kronbauer (2005) corrobora dizendo que a violência de gênero é compreendida como atos que resultem ou haja a possibilidade de resultar em prejuízos físicos, sexuais ou psicológicos a mulher, até mesmo indício destes, repressão e ausência tirana de liberdade, e ainda qualquer forma de maus tratos.

Da década de 1990 em diante, após um aprofundamento nos estudos, o conceito violência de gênero surgiu para substituir violência contra a mulher, enquanto um conceito mais amplo. Ao falar-se violência de gênero, não está se referindo apenas a mulheres, mas, a crianças e adolescentes vítimas de violência produzida por homens, constituída como relação de gênero no Brasil. Pode ser ainda um termo usado em casos de violência conjugal, devido as relações de poder que abrange, entre homens e mulheres. Dizendo assim que a violência contra a mulher é uma das diversas formas com a qual a violência de gênero é encontrada (ARAÚJO, 2008).

Há dois conceitos intimamente ligados, violência contra a mulher e gênero. Para falar de violência contra a mulher é de fundamental importância entender sobre gênero, tendo em vista que é a base fundamental para a elaboração de relações sociais, diante das distinções sexuais e relações de poder vigentes em cada sociedade. O conceito de gênero é cultural, ligado diretamente à maneira como determinada sociedade concebe suas distinções sexuais, designando condições variadas a mulheres e homens. Diz respeito a como o sexo se constrói socialmente, em outras palavras, o sexo representa apenas as características anatômicas e fisiológicas de cada indivíduo, já o gênero fala do aspecto social da sexualidade do ser (KRONBAUER, 2005).

Acreditou-se desde os gregos antigos até pouco tempo que as mulheres eram seres inferiores aos homens no que diz respeito aos seres humanos, devido a isso, os homens foram sempre quem deteve a liberdade de desempenhar vida pública. Foi então, reservado às mulheres o lugar de família, enquanto criadora dos filhos e cuidadora da casa. No período da Revolução Francesa, mulheres que se dispuseram a ousar de igualdade buscando a vida pública, tinham como destino a morte por guilhotina (SILVA, 2010).

Apoiada pela maior força física do homem e na vulnerabilidade da mulher, não sendo um evento isolado das classes sociais baixas, a violência de gênero não é um fenômeno natural. É, na verdade, um sintoma específico de sociedades patriarcais, que institui relações de poder e dominação entre os sexos. No entanto, é fundamental acentuar que não se dá a conquista dos direitos femininos apenas com a luta feminista. Para que haja o fim do patriarcado, é necessário que aconteça também o fim do capitalismo e racismo, ao passo em que se uma dessas estruturas se mantiver existente, as outras também se manterão (CUNHA, 2014).

Um ponto que merece atenção é que um meio de violação de direitos e de mulheres sofrerem violência é pela indisponibilidade de exigir o uso de preservativos quando em relação à namorados ou cônjuges. Estudos mostraram que essa é uma forma de obter poder masculino, exercendo controle em relação a mulher, controlando como e com quem realiza suas relações sexuais, não havendo possibilidade de negociação da camisinha. A violência de gênero pode

influir também na saúde reprodutiva da mulher, oferecendo a mesma, risco de aborto, que se apresenta duas vezes maior que em casos comuns e quatro vezes maior o risco de a criança nascer com desnutrição (KRONBAUER, 2005).

A violência de gênero não quer dizer exclusivamente violência contra a mulher. O homem quando sofre tal violência, a recebe com uma reação, tornando-se agressivo, violento e dominador. O masculino nesta ideologia sexista, está numa posição positiva, de dominador (CUNHA, 2014).

Um ponto relevante das situações de violência é a incapacidade de algumas mulheres se identificarem enquanto pessoas que sofrem violência e se libertarem de seus agressores, que às proporcionam situações de risco e vulnerabilidade, é difícil, por exemplo, pra profissionais de saúde identificarem situações de violência entre gêneros (DE OLIVEIRA, 2005).

Com relação a identificação de casos de violência, falando da saúde, é imprescindível que profissionais da área estejam prontos para identificar sinais de violência como prejuízo para a saúde, isso poderia contribuir para avanços com relação a temática neste campo. Para mais, a identificação prematura de situações de violência são fundamentais para diminuição da vulnerabilidade da vítima, podendo evitar agravamento dos quadros. Mulheres que sofrem tais tipos de violência apresentam quadros patológicos como depressão, estresse, hipertensão, ansiedade, compulsão, aumento ou perda súbitas de peso, entre outros, são vários os déficits de saúde que podem ser desencadeados devido a imersão num contexto de violência (GOMES *et al.*, 2012).

O ato de violência contra a mulher, especialmente, está fortemente ligado a intolerância, posse, desrespeito, preconceito e machismo por parte do agressor, inclusive, também carrega os sentimentos de angustia, medo e dor para com a vítima agredida. É notória a condição de poder que é nutrida pelo agressor (homens, em sua maioria), o que muitas vezes motiva a agressão, pela distinção do sexo biológico, o que favorece a visão da mulher como uma propriedade do homem, uma noção reforçada socialmente por gerações (SANTOS *et al.*, 2019).

Historicamente falando, na humanidade não houve quem sofresse mais e por maior período de tempo que a mulher, por várias vezes foi calada, surrada, mutilada, escravizada, oprimida, além de serem, comprovadamente, no que diz respeito à pobreza, as maiores vítimas, atingidas perceptivelmente pelo contexto que se inserem socialmente (PEDRO; GUEDES, 2010).

3.4 PERCEPÇÃO DAS MULHERES ACERCA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Ao longo das décadas, a desigualdade social entre os gêneros tem se fundamentado na condição biológica, a partir da percepção de homens e mulheres enquanto seres biológicos. Por este fato, foi e ainda é esperando que à mulher seja atribuído o papel de subordinação, delicadeza e passividade, e devido a sua capacidade de gerar uma prole e amamentá-la, a ela também foi atribuído, pela sociedade, o cuidado com a casa, marido e filhos, sendo responsabilizada inclusive pelo que acontece de errado dentro da família. Essa percepção social atribui a mulher a responsabilidade de tudo, inclusive da violência sofrida por si própria e pelos filhos, enquanto o homem tem o papel de virilidade e provedor da família (GOMES, 2007).

É um fato que algumas mulheres são mais propensas a serem vítimas de agressão do que outras, no entanto, por muitos anos, uma grande parte do movimento feminista se negou vigorosamente a legitimar a real existência de aspectos pessoais que sugestionam a violência, o que gerou pouca produção relacionada a agressor e vítima (CARVALHO-BARRETO, 2009).

O movimento feminista, principalmente a partir da década de 70, teve protagonismo nas articulações voltadas a luta contra a violência de gênero, foi inclusive responsável pela concepção da expressão “violência de gênero”, que diz de situações distintas de violência sofrida por mulheres, por parte de seus companheiros íntimos, além de coação, abuso sexual, tráfico de mulheres e turismo sexual, violência relacionada a homossexualidade, violência obstétrica, cometida pelo estado, étnica e racial, são diversas as formas de aplicação de violência em decorrência do gênero (MELO, 2017).

Nos dias atuais, notória parte das mulheres acredita ser de grande importância estar inseridas no mercado de trabalho, objetivando sua independência financeira, se dissociando da imagem de mulher/mãe dona de casa. Além de conter inúmeras características e talentos, as mulheres na contemporaneidade tem ainda na sua vida responsabilidades em amplos aspectos. Assim, torna-se possível observar que a mulher é a principal responsável pelas mudanças no que se fala em relações de gênero, no entanto, ainda é encontrada uma grande desigualdade com relação ao masculino quando falado em divisão do serviço doméstico e inserção nos espaços públicos (MELO, 2017).

É a partir dos anos 70 que as mulheres buscam politicamente por igualdade de direitos entre os sexos, as mulheres passam a se opor aos papéis que são concedidos a elas (como busca por igualdade nos espaços públicos, principalmente), sendo a grande maioria opressivos, sem qualificação e às mantinham reclusas no ambiente doméstico (GOMES, 2007).

Com relação a denúncia e a evasão no que diz respeito a situação de violência, mulheres que tem ausência de um apoio de pessoas de fora da relação afetiva, que são dependentes do parceiro agressor financeira e emocionalmente, isoladas do meio social, tem maior dificuldade para realizar esse “desapego”, para estas condições, fica mais favorável à situação calar e manter-se na condição de maus-tratos, preservando o único apoio que acreditam ter (CARVALHO-BARRETO, 2009).

Com relação a esse apoio social, Araújo (2008) enfatiza que, muitas mulheres não realizam denuncia por medo de que a violência aumente. Assim, essas mulheres não tem apoio fora da relação, e a impunidade dos agressores é mantida, reforçando o anseio da quebra do silêncio e da denúncia.

As mulheres interpretam a situação de violência como algo sem explicação, destrói a relação do casal e torna difícil a convivência na família, ainda se associa com preocupação, medo, vergonha, culpa, tristeza e faz a mulher se sentir impotente por não ser ouvida ou respeitada pelo seu agressor, muitas mulheres acreditam que após o início dos maus-tratos, qualquer coisa pode iniciar um episódio agressivo. É possível que, após o início do ciclo de violência na relação, o relacionamento não tenha mais qualidade, e o parceiro exerça sempre domínio sobre a vítima, assim, a violência pode se tornar diária (FONSECA; RIBEIRO; LEAL, 2012).

Mulheres que sofrem violência tem tendência à fragilidade, estas podem apresentar efeitos constantes na autoestima e autoimagem da mulher, podem se tornar mais inseguras de seus valores e ficam mais suscetíveis a depressão. Para mais, a violência de gênero pode se relacionar com o suicídio, homicídio, feminicídio e mortalidade materna (MOZZAMBANI, 2011).

Santos (2011) relata que, muitas mulheres passam a fazer uso abusivo de álcool e outras drogas, como forma de suportar a situação de violência na qual estão inseridas. Sobre isso, é indispensável falar da recepção dessas mulheres no âmbito da saúde, tendo em vista que é um caso de saúde pública, a importância do acolhimento por parte dos profissionais na recepção de mulheres vítimas de agressão em equipamentos de saúde é um dado promissor para dizer como o processo da identificação da violência pode seguir, pensando que profissionais com técnicas de abordagem adequadas para estas situações poderão proporcionar a essas mulheres um melhor acolhimento e maior possibilidade de esclarecimento dos fatos para auxílio à vítima (BEZERRA; LARA; NASCIMENTO; BARBIERI, 2018).

Um fator marcante na perspectiva da mulher é que, para ela a denúncia dos maus-tratos serve como uma quebra do ciclo da violência, tirando do homem o direito aos maus-tratos que

até então tinha na família, uma posição de superioridade com relação a mulher, no entanto, ao passo em que a denúncia é feita, a mulher passa a sofrer da dúvida com relação à denúncia e entra em conflito com sua decisão, pelo impasse entre seus valores pessoal e familiar (SANTO, 2010).

Casique; Furegato (2006) aponta que, mulheres há tempos vivem em condições desiguais socialmente com relação aos homens, se manifestando de diferentes formas. No entanto, mulheres que se opõem a relação de abuso acabam, por muitas vezes, perdendo qualidade na saúde física e mental, conseqüentemente, atinge a família.

4 METODOLOGIA

O presente estudo configura-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa e de cunho exploratório, apresentando como procedimento técnico a revisão bibliográfica integrativa, este método, de acordo com Souza, Silva e Carvalho (2010), possibilita sintetizar pesquisas anteriores e atingir o objetivo do pesquisador de acordo com determinado tema. Durante a revisão de literatura foram utilizados como fontes de dados publicações realizadas pelo Ministério da Saúde bem como livros clássicos que versam sobre a temática da percepção das mulheres acerca da violência doméstica.

O estudo enquanto pesquisa exploratória acontece, normalmente, quando já se detém certo conhecimento sobre o tema sugerido. Assim, por meio deste tipo de estudo, se busca entender de maneira mais sagaz sobre determinado assunto, tornando-o mais nítido ou levantando mais questões para dirigir a pesquisa. Na pesquisa qualitativa, são concebidas análises mais aprofundadas associadas ao fenómeno estudado, esta objetiva salientar aspectos que não se observam no estudo quantitativo. Discutir a temática com foco qualitativo pode ser ainda uma forma pertinente de conhecer a natureza de um determinado fenómeno social (RAUPP; BEUREN, 2006).

Para tanto, utilizou-se para a coleta de dados a seleção de produções científicas que apresentaram a discussão acerca da temática nos bancos de dados: Biblioteca virtual BVS Psi (Biblioteca Virtual em Saúde Psicologia), Lilacs (Literatura Latino-americano e do Caribe em Ciências da Saúde) e Scielo (ScientificElectronic Library Online), utilizando-se como descritores: “Violência doméstica”, “Violência de gênero” e “Percepção da violência”.

Os critérios de inclusão definidos para seleção dos artigos utilizados foram: artigos publicados em língua portuguesa; artigos que visassem e trouxessem a percepção de mulheres acerca da violência de gênero e artigos publicados nos bancos de dados já citados nos últimos 20 anos. A coleta do material citado foi realizada no período de setembro de 2020 à maio de 2021.

Para análise e discussão dos dados usou-se uma leitura flutuante, que se constitui em três etapas, sendo elas: a pré-análise desenvolvida para regularizar ideias iniciais utilizadas no referencial teórico e determinar parâmetros para interpretar as informações apuradas, a exploração do material que equivale ao levantamento das ações de codificação, onde se consideram os recortes dos textos, a determinação de regras de contagem e a classificação das informações, e a interpretação consiste em capturar os conteúdos perceptíveis e latentes que integram o material coletado, assim, esta tem como principal propósito ampliar a compreensão

acerca da temática em estudo, contribuindo ainda para a estruturação dos tópicos abordados no estudo através da elaboração de resultados (BARDIN, 2010). Com isso, tanto a análise quanto o resumo dos dados obtidos nos artigos foram elaborados de forma descritiva, permitindo observar, contar, descrever e classificar os dados, com o objetivo de reunir o conhecimento produzido sobre o tema explorado na revisão.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tendo em vista que as questões de conceituação da sexualidade estão intimamente ligadas a forma como se vê a violência de gênero em diversos contextos e culturas, é importante situar que na percepção nacional, o papel da mulher (maioritariamente vítima desse tipo de violência) é ainda de submissão ao homem hétero, como Araújo (2008) reforça em seu trabalho. Assim, enquanto é este, o indivíduo mais atingido enquanto ser individual e social, a visão da mulher carrega consigo maior peso quando se fala em Violência de Gênero e o reconhecimento da sexualidade em si, nesse contexto.

Melo (2017), quando fala sobre a participação da mulher na sociedade nos dias atuais, e dessa diferenciação entre as pessoas de acordo com seu gênero e sexualidade, traz a seguinte fala de uma mulher:

“A mulher de hoje está sendo obrigada a trabalhar, criar seus filhos, cuidar da sua família. Hoje não desempenha mais aquele papel de antigamente, como o da minha mãe, a minha vó, as minhas tias... Tinha que casar e ficar cuidando da casa, hoje é diferente. Assumi o papel de líder na casa.” (pág. 6).

É percebido, por meio da fala dessa mulher, que os papéis vem mudando com o passar dos anos e as gerações de mulheres vem sentindo esse efeito como protagonistas. No entanto, é importante perceber que ainda são passos largos.

“Eu enxergo violência mais relacionada ao machismo, ao homem que tem intrínseco dentro dele, que já é do instinto que pode várias coisas, em todos os sentidos. Quando ele quer se sobrepor pelo machismo [...] as causas eu acho que por insegurança do homem e também pela mulher deixar que isso aconteça, pela falta de postura, falta de firmeza da mulher.... Acho que temos que nos colocar de igual pra igual de forma natural, não impondo nada, mas naturalmente.” (MELO, pág. 6, 2017).

Na fala dessa mulher, é notável que a mesma se percebe como diferente do homem, num ranking social, ao passo em que foi interiorizado na sociedade em que vivemos uma cultura machista, onde o homem carrega esse papel, nos dias atuais ainda colhemos frutos do patriarcado instalado no nosso país.

Quando questionadas sobre o que entendiam como violência de gênero, as respostas das mulheres foram parecidas:

“Em relação à violência eu acho, por exemplo, uma agressão do sexo masculino. As mulheres que ainda são tratadas como objeto sexual pelo lado masculino e que não a respeitam como um ser inteligente, mesmo que não fale nada, mesmo que não tenha uma agressão física, mas uma agressão verbal. A primeira causa, já é uma tradição, vem de costumes, de hábitos, da nossa cultura, é muito anterior a nossa geração e vem sido passada de pais para filhos. Em geral é bem cultural.”;

“Uma violência de gênero seria tanto física quanto verbal, atitudes em casa, formas de se expressar que possam afetar essa mulher, que possam de certa forma, agredir a autonomia dela, a espontaneidade, a liberdade e desrespeitar... As causas são inúmeras, acho que é multifatorial, é cultural.” (MELO, pág. 7, 2017).

Atualmente, grande maioria das mulheres já tem entendimento diante do que é a violência de gênero, e a relacionam intimamente ao contexto histórico-social, estas mulheres já perceberam que os atos de violência de homens voltados a mulheres de sua convivência (parceiras, mães, irmãs, filhas), tem relação direta com seu desenvolvimento e imposição de poder enquanto homens inseridos numa sociedade patriarcal, CARVALHO-BARRETO *et al* (2009) trazem que anterior ao período em que se instalou o patriarcado, havia igualdade entre os gêneros, no entanto, a partir do advento da sociedade privada é que o homem passa a viabilizar deter o poder exclusivo.

Falar de como se dá a violência e quais maneiras ela se expressa não é tão difícil, foi possível compreender através dos relatos que algumas mulheres têm bastante clareza em perceber situações mais naturais de violência:

“A violência contra a mulher tem várias formas, ela pode até mesmo estar enrustida numa piada de mau gosto, numa brincadeira, em qualquer coisa que a pessoa se sinta agredida, têm as formas nítidas, as que a gente tá acostumado a ver todo dia, mas tem essa forma enrustida com um toque de humor ela é mais aceitável, porque é mascarada.” (MELO, pág. 11, 2017).

Com relação a percepção das mulheres, é considerável falar que a mulher faz uma forte ligação entre a violência e o modo como se percebe, a feminilidade e sexualidade estão envoltas no leque de consequências que descendem da violência. No entanto, é forte ainda, nos dias atuais o preconceito que a mulher sofre por imposição. É imposto á mulher um comportamento sexual engessado, no qual é idealizado que a mulher não se vulgarize, não tenha muitos parceiros sexuais, use sempre roupas “adequadas” para a sociedade, esteja de acordo com os padrões estipulados. Com isso, falas de algumas mulheres trazem:

“Uma mulher que pode optar pelas suas escolhas sem ser discriminada por aquilo que ela optou. Sobre promiscuidade, não tenho uma opinião formada quanto a isso. Existe preconceito relacionado à mulher e sua vida sexual, acho que nós somos muito discriminadas, mas acho que a gente tá mudando isso bem aos poucos.” (MELO, pág. 14, 2017).

Carvalho-Barreto *et al* (2009) relatam que em famílias que vivem um contexto de violência, essa realidade é naturalizada, e aumenta em até duas vezes as chances desta violência ser perpetuada por gerações. Nessa visão, mulheres que observaram durante seu desenvolvimento suas mães sofrerem violência de seus parceiros, tendem a buscar o mesmo para si, tornando-se impotentes e vulneráveis às situações de violência, assim, estas mulheres são inclinadas a não se defender e permanecer com seus parceiros, não findando o ciclo de violência. Gomes *et al* (2007) compartilha dessa visão, e relata que é evidente que os papéis de gênero e entre as gerações se constituem dentro das famílias, a partir destas se percebem enquanto homens e mulheres, além de identificar seus papéis sociais. Sendo assim, a violência

descende da formação da desigualdade entre homens e mulheres que se naturaliza na formação desses sujeitos sociais e à maneira como se percebem entre as gerações, surgindo como modo de dominação e demonstração de poder diante da dinâmica familiar espelhando na sociedade.

Araujo (2008) reforça que a ideologia de gênero é um dos principais contribuintes pra que mulheres permaneçam em um relacionamento abusivo, muitas vezes elas introduzem em si a naturalização da dominação masculina, dificultando o rompimento do ciclo de violência e opressão vivido.

A ideia de que com a denuncia a violência pode aumentar é um fator de grande influência na neutralidade de mulheres violadas. Pensar que ao denunciar a violência pode se agravar ainda mais é um pensamento frequente entre as mulheres, o que favorece a impunidade dos violadores.

Com relação aos danos causados as mulheres vítimas desta violência, os autores citados neste trabalho julgam que, para além dos danos físicos e de saúde no geral, é importante considerar os danos psíquicos causados. Ao passo em que mulheres violadas por seus companheiros apresentam sentimentos como tristeza, desânimo, incapacidade, raiva, baixa autoestima, solidão, estresse, impotência como consequências pessoais, passa a ser notado o prejuízo de sua saúde psicológica. Leite *et al* (2016) fala inclusive que os prejuízos à saúde mental devido as agressões, são mais graves que os físicos, deixando inclusive, suas vítimas mais suscetíveis ao suicídio.

Com relação a percepção da mulher enquanto delatora da violação, Santi; Nakano; Lettiere (2010), relatam que a mulher se percebe sendo violada duas vezes: a primeira no ato da violação e a segunda quando tem sua privacidade invadida e exposta. A fala de uma mulher exemplifica isto: “[...] depois veio as vizinhas, mas sabe é mais pra saber do caso do que pra me ajudar. Na hora que eu tava levando na cara num pareceu ninguém aqui pra me socorrer” (pág. 4). O autor reforça ainda a visão hierárquica na qual essas relações de enquadram, a subalternidade de um sexo ao outro, refletidos nas falas:

Quando meu pai chegou, ele queria saber o que eu tinha feito de errado [...]. Quando minha mãe ficou sabendo, tirou eu de lá e fez eu voltar com ele.;

Minha mãe queria saber o que eu tinha feito. Num é brinquedo não! A gente apanha e invés dos outros ajudar, a gente toma mais na cara! (pág. 4).

A visão de que a mulher é submissa e está numa posição inferior ao homem se sobressai em diversas teorias, e os relatos destas mulheres mostram a visão real que elas próprias carregam de como exercem esse papel.

Um fator importante no ato da violação para as mulheres agredidas é a rede de apoio, muitas mulheres expressam que ter apoio da família e amigos é fundamental para lidar com o processo de violação e denúncia. O reconhecimento é percebido inclusive na fala: “[...] quem ajuda a gente nessa hora mesmo é só a família, até mesmo a família do homem que bate na gente num aceita e ajuda a gente” (SANTI; NAKANO; LETTIERE, pag. 4, 2010).

Em pesquisa, determina que a maioria das mulheres que sofrem violência tem relação íntima com o agressor, um fator dominante para a denúncia de agressões sofridas por mulheres após orientação de terceiros, é o desejo de cessar a violação, ainda, muitas mulheres expuseram que um motivo crucial para a tomada de decisão de retomar a relação foi a preocupação com os filhos. Santos; More (2011) reforçam que mulheres agredidas dentro do âmbito familiar tendem a minimizar o ato, acreditando que o agressor não é tão violento quanto parece, na maioria das vezes é um irmão, pai ou companheiro. Um outro fator importante para essa reconciliação foi a questão econômica, em seguida, vem o medo de ser morta pelo agressor, um outro motivo para reatar a relação, que expõe ainda a falta de confiança dessas mulheres agredidas no Poder Público. No entanto, é importante considerar que ao mesmo tempo em que estas mulheres desacreditam do Poder Público, estas ainda consideram que a Lei Maria da Penha é pontual na lida com as questões de violência contra a mulher, ressaltando que esta pode diminuir ou acabar com a violência de gênero.

No que diz respeito a denúncia, Carvalho-Barreto *et al* (2009) ressalta que a mulheres que sofrem maus tratos passam muitas vezes a esconder dos serviços de saúde, assistência social e da justiça as agressões sofridas, passando assim despercebidas pelos serviços e sistemas. No entanto, falar sobre a necessidade de que os profissionais desses serviços estejam aptos a receber tal demanda é imprescindível. Essa visão é endossada por Leite (2010), ao passo em que com melhor preparo, os profissionais possam oferecer melhor atendimento, preventivo e de apoio e não apenas um paliativo.

As dificuldades sociais e a baixa autoestima são frequentes em mulheres vítimas da violência de gênero, Kronbauer (2005) evidencia que estas mulheres são atingidas de forma íntima e param de se permitir coisas básicas do seu ser individual, como seus direitos de liberdade pessoal, sexual e de reprodução, estas mulheres não se sentem à vontade sequer para sugerir o uso de preservativos pelo parceiro, por não se verem enquanto pessoas no direito dessa tomada de decisão, ou ao menos que deva ter seu desejo realizado. Muitas mulheres também passaram a fazer abuso de álcool e outras drogas depois de sofrerem violência como meio de suportar as agressões (SANTOS; MORE, 2011).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

São diversas as maneiras pelas quais a violência é percebida no decorrer dos anos e a depender da cultura de cada meio social, a Violência de Gênero vem sofrendo alterações e instalações diferentes nas sociedades com o passar dos anos, nos dias atuais é notada a transformação no quesito conceitual, e enquanto a percepção das pessoas que a veem atualmente, houve uma mudança considerável, a partir do momento em que esta vem sendo cada vez mais percebida enquanto violência e não apenas por fatos casuais que acontecem no ambiente íntimo de cada indivíduo agredido.

Trazer um apanhado dessas questões de Violência de Gênero é crucial, principalmente para as vítimas que por muitas vezes não detém um conhecimento íntimo do que se trata essa violência e ainda não se percebem enquanto vítimas, muitas vezes normatizando as agressões. Falar ainda do ponto de vista das mulheres agredidas traz outra visão ao termo, pensando que quando uma pessoa incluída no contexto da violência de gênero expõe sua situação e percepção diante da mesma, esta torna-se mais real para terceiros.

Ao passo em que se estuda o termo Violência de Gênero sua conceituação se dissemina, o que torna seu estudo fundamental para o campo da ciência e social. Atualmente há um índice crescente de pessoas, em sua maioria mulheres, que sofrem algum tipo de violência relacionada a seu gênero, pesquisar o tema é acima de tudo informativo e possibilita a popularização desse conceito para além da ciência e das academias, assim, faz-se muito mais difícil que mulheres tornem esse tipo de violência repetitivo tendo conhecimento do que ela é e representa para as mesmas.

REFERENCIAS

ARAÚJO, Maria de Fátima. Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação. **Psicologia para América Latina**, n. 14, p. 0-0, 2008.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. (1977). **Lisboa (Portugal): Edições**, v. 70, p. 225, 2010.

BEZERRA, Juliana da Fonseca; LARA, Sonia Regina Godinho de; NASCIMENTO, Juliana Luporini do; BARBIERI, Marcia. Assistência à mulher frente à violência sexual e políticas públicas de saúde: revisão integrativa. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 31, n. 1, 2018.

BRASIL. **Lei Maria da Penha**. Lei N.º11.340, de 7 de agosto de 2006.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço** / Secretaria de Políticas de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

CARVALHO-BARRETO, André de *et al.* Desenvolvimento humano e violência de gênero: uma integração bioecológica. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 22, n. 1, p. 86-92, 2009.

CASIQUE, Leticia Casique; FUREGATO, Antonia Regina Ferreira. Violência contra mulheres: reflexões teóricas. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 14, n. 6, 2006.

CUNHA, Barbara Madruga. Violência contra a mulher, direito e patriarcado: perspectivas de combate à violência de gênero. **XVI Jornada de Iniciação Científica de Direito da UFPR**, 1-2 de out., 2014.

DAY, Vivian Peres et al. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Rev. psiquiatr. Rio Gd. Sul**, Porto Alegre, v. 25, supl. 1, p. 9-21, abril 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-81082003000400003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 de setembro de 2020.

DE OLIVEIRA, Paula Men; DE OLIVEIRA CARVALHO, Marta Lúcia. Violência contra a mulher: tipos de agressão e auto-percepção como vítima. **Journal of Health Sciences**, v. 7, n. 1, 2005.

DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 23, n. 66, pág. 165-185, fevereiro de

2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092008000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 5 de março de 2021.

FONSECA, Denire Holanda da; RIBEIRO, Cristiane Galvão; LEAL, Noêmia Soares Barbosa. Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, pág. 307-314, agosto de 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 de outubro de 2020.

GOMES, Nadielene Pereira *et al.* Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração. **Acta paulista de enfermagem**, v. 20, n. 4, p. 504-508, 2007.

GOMES, Nadirlene Pereira *et al.* Vivência e repercussões da violência conjugal: o discurso feminino. **Revista Enfermagem UERJ**, v. 20, n. 5, p. 585-590, 2012.

GUIMARÃES, Marina Oliveira *et al.* **Direito e gênero: a percepção da violência contra a mulher e da Lei Maria da Penha na Comarca de Ponte Nova/Minas Gerais**. Viçosa, MG, Brasil. 2012.

KRONBAUER, José Fernando Dresch; MENEGHEL, Stela Nazareth, Perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro. **Revista de Saúde Pública**, v. 39, p. 695-701, 2005.

LEITE, Franciele Marabotti Costa *et al.* Mulheres vítimas de violência: percepção, queixas e comportamentos relacionados à sua saúde. **Rev. enferm. UFPE on line**, p. 4854-4861, 2016.

MELO, Ana Luíza Jardim; VIEIRA, Lúcia Saraiva Azambuja. A Percepção de Mulheres sobre Violência de Gênero e Sexualidade Feminina. **REVISTA CONGREGA-MOSTRA DE TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO-ISSN 2595-3605**, n. 1, p. 178-195, 2017.

MOZZAMBANI, Adriana Cristine Fonseca *et al.* Gravidade psicopatológica em mulheres vítimas de violência doméstica. **Rev. psiquiatr. Rio Gd. Sul**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 43-47, 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-81082011000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 de outubro de 2020.

PARRAGA, Elton Estigarraga. **O papel do enfermeiro no atendimento à criança e adolescente vítima da violência sexual**. Monografia. Pag. 57 (Bacharelado em Enfermagem). Universidade Federal do Pampa. Uruguaiana. 2010. Disponível em <<http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/enfermagem/files/2010/09/TCC-Elton.pdf>>. Acesso em 8 de abril de 2021.

PEDRO; Claudia Bragança; GUEDES, Olegna de Souza. **As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres**. 2010. Disponível em: <

https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&as_vis=1&q=As+conquistas+do+movimento+feminista+como+express%C3%A3o+do+protagonismo+social+das+mulheres&btnG=>. Acesso em 14 de outubro de 2020.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, p. 76-97, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth IB. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cafajeste. Pagu**, Campinas, n. 16, pág. 115-136, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 de outubro de 2020.

SANTI, Liliane Nascimento de; NAKANO, Ana Márcia Spanó; LETTIERE, Angelina. Percepção de mulheres em situação de violência sobre o suporte e apoio recebido em seu contexto social. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 19, n. 3, p. 417-424, 2010.

SANTOS, Ana Cláudia Wendt dos; MORE, Carmen Leontina Ojeda Ocampo. Repercussão da violência na mulher e suas formas de enfrentamento. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 49, p. 227-235, agosto de 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2011000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 de out. de 2020.

SANTOS, Robério Gomes dos; *et al.* Violência contra a Mulher à Partir das Teorias de Gênero. **Id on Line Rev.Mult. Psic.**, ISSN: 1981-1179, vol.13, n.44, p. 97-117 ISSN: 1981-1179., 2019.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualitas Revista Eletrônica**, v. 16, n. 1, 2015. Disponível em: <<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/2113>>. Acesso em: 05 de maio de 2021.

SILVA, Sergio Gomes da. Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 30, n. 3, p. 556-571, 2010.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein (São Paulo)**, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010.